

# **COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

## **PROJETO DE LEI Nº 2.529, DE 2003 (Apenso o PL nº 3.915, de 2004)**

Modifica o Decreto-Lei nº 2.404, de 1987, e a Lei nº 9.432, de 1997.

**Autor:** Deputado WILSON SANTOS

**Relator:** Deputado WELLINGTON FAGUNDES

### **I - RELATÓRIO**

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Wilson Santos, modifica artigos do Decreto-Lei nº 2.404, de 1987, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e o Fundo da Marinha Mercante, e da Lei nº 9.432, de 1997, que versa sobre a ordenação do transporte aquaviário, para reordenar a repartição e o emprego dos recursos gerados a partir da arrecadação do AFRMM.

Em sua justificação, o nobre autor argumenta que os recursos obtidos por intermédio da arrecadação do AFRMM “devem ser utilizados para subsidiar a operação das empresas nacionais, permitindo que as mesmas possam concorrer em melhores condições com empresas estrangeiras, que convivem com custos muito inferiores aos nossos e economia de escala bastante superior”.

Na legislatura anterior, foram apensados à proposição o PL nº 3.915, de 2004, o PL nº 5.423, de 2005, e o PL nº 7.450, de 2006, por tratarem de matéria correlata à do epigrafado, tendo sido todas as proposições

arquivadas ao final da última legislatura. Na atual, a proposição principal foi desarquivada, ocorrendo, contudo, a desapensação do PL nº 5.423, de 2005, e do PL nº 7.450, de 2006, por terem sido prejudicados e arquivados.

Já o PL nº 3.915, de 2004, de autoria do ilustre Deputado Francisco Turra, que permanece apensado, propõe a revogação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM.

Para justificar essa iniciativa, o nobre autor menciona o desempenho insatisfatório da marinha mercante e da indústria de construção naval nacionais que, em parte, é explicado pelos “resultados decepcionantes de uma política setorial levada à exaustão”, baseada na cobrança do AFRMM.

As proposições estão sujeitas à apreciação por esta Comissão, pela Comissão de Finanças e Tributação e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

A iniciativa em comento tem o louvável objetivo de criar condições para que empresas brasileiras de navegação possam competir no mercado de embarcações. Dessa forma, seria possível gerar empregos e diminuir sensivelmente as relevantes despesas com o pagamento de fretes.

Contudo, antes de que o projeto em exame fosse apreciado nesta Comissão, foi apresentada, no Plenário desta Casa, a Medida Provisória nº 177, de 25 de março de 2004, convertida na Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe, à semelhança da proposição em comento, sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e o Fundo da Marinha Mercante (FMM).

Deve-se destacar que a referida Lei nº 10.893, de 2004, teve por objetivo consolidar as disposições legais referentes ao ARFMM e ao FMM, bem como introduzir modificações na legislação que rege o assunto. Observa-se, assim, que as matérias constantes do projeto de lei em exame são tratadas com profundidade na Lei.

Há que se observar, inclusive, que os arts. 8º, 9º e 10 do Decreto-Lei nº 2.404, de 1987, que o art. 2º da proposição principal pretende alterar, foram revogados pela Lei nº 10.893, de 2004, que, ademais, também trata dos temas abordados no art. 3º do projeto de lei em análise.

Entendemos que o AFRMM é de fato relevante para a marinha mercante brasileira e para a indústria de construção naval, que desempenham papel estratégico em nossa economia.

Contudo, entendemos que as regras do FMM podem ser ainda mais aprimoradas, de forma a que permitam que esse fundo possa financiar a construção de estaleiros ou a realização de melhorias em suas instalações quando do financiamento da construção de embarcações.

Afinal, deve-se levar em consideração que a viabilização da construção de determinadas embarcações poderá depender de uma ampliação, modernização ou mesmo construção de estaleiros, de forma que consideramos essencial que a Lei nº 10.893, de 2004, contemple esse tipo de operação de financiamento.

Face ao exposto, **votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.915, de 2004, e pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.529, de 2003, na forma do substitutivo em anexo.**

Sala da Comissão, em                      de                      de 2007.

Deputado WELLINGTON FAGUNDES  
Relator

# COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.529, DE 2003

Acrescenta o § 1º ao art. 26 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O art. 26 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, passa a vigorar acrescido do § 2º, renumerando-se para § 1º o atual parágrafo único:

“Art. 26. ....  
.....

§ 2º. O apoio financeiro reembolsável mediante concessão do empréstimo de que trata o inciso I deste artigo poderá ser concedido, simultaneamente, à construção de embarcações e à construção, expansão ou modernização do estaleiro responsável por essa construção.

.....” (NR).

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2007.

Deputado WELLINGTON FAGUNDES  
Relator